



PNE

2026–2036

Plano Nacional de Educação

O que é, o que muda, como implementar e como a Fundação da Gide pode acelerar a transformação educacional no seu município.



FDG

Fundação
da gide



Sumário

1 · O que é o PNE?	3
2 · Diagnóstico	5
3 · O que muda	14
4 · Impacto nos municípios	25
5 · Como implementar	27
6 · Como a Gide pode ajudar	29

1 • O que é o PNE?

O roteiro da educação brasileira para a próxima década

Aprovado pelo Senado Federal em março de 2026 e sancionado pela Lei 15.388, de 14 de abril de 2026, o novo Plano Nacional de Educação define metas e estratégias para toda a educação brasileira — da creche à pós-graduação.



O PNE é o **documento legal de mais alto nível** da política educacional do país. Ele orienta União, estados e municípios, e tem força de lei. É o plano que define metas e prioridades da educação brasileira para o próximo decênio (10 anos), com o objetivo de melhorar a qualidade da educação desde o infantil até a pós-graduação. O texto-base do novo plano foi aprovado pelo Senado Federal em 25/03/26 conforme PL 2.614/2024. O documento anterior (PNE 2014-2024), instituído pela Lei 13.005/2014, teve seu prazo oficial encerrado em junho de 2024, mas foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025 conforme Lei 14.934, de 25 de julho de 2024. A aprovação do novo Plano em 2026 representa **"um marco fundamental para a educação brasileira"**, de acordo com Todos pela Educação (2026).



Instrumento legal

Instituído pela Lei 15.388/2026, com vigência de 10 anos (2026–2036) e monitoramento bienal obrigatório.



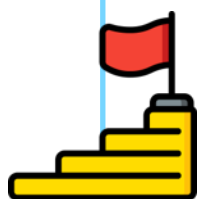
3 pilares centrais

Qualidade, Equidade e Acesso guiam todos os 19 objetivos, integrando etapas e modalidades de ensino.



Responsável técnico

Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), em articulação com estados, municípios e DF.



Planos locais obrigatórios

Estados têm 12 meses e municípios, 15 meses após a sanção para elaborar seus próprios planos decenais.



2014–2024

PNE anterior

20 metas · Foco em acesso

Jun / 2024

Encerramento oficial

61% das metas não atingidas

Mar / 2026

Aprovação no Senado

PL 2.614/2024

Abr / 2026

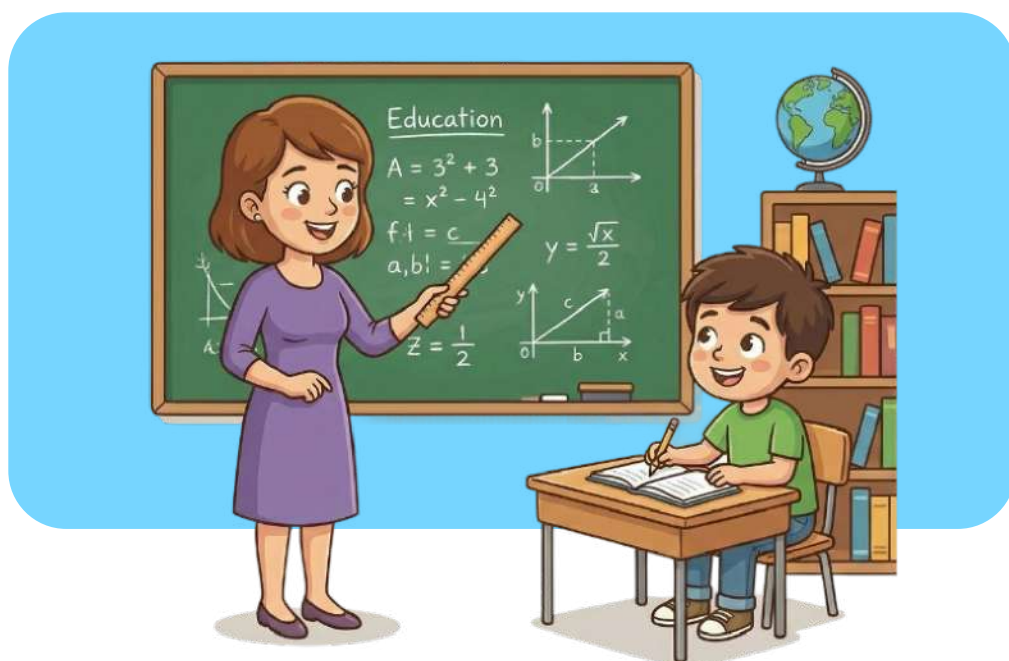
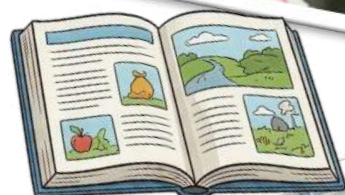
Sanção presidencial

Lei 15.388/2026

2026–2036

Novo PNE vigente

19 objetivos · 73 metas · 372 estratégias





2 • Diagnóstico

O que nos trouxe até aqui

Para entender para onde vamos, precisamos reconhecer o que o PNE anterior deixou para trás. Os números são um chamado urgente à ação.

Metas não atingidas

61%

Das 20 metas do PNE 2014–2024, apenas 39% foram efetivamente alcançadas até o prazo final.

Investimento realizado

5,5%

Em torno de 5,5% do PIB investido em educação ao longo da última década (2012–2020) - contra os 10% previstos no plano anterior. Uma lacuna de bilhões de reais.

Crianças alfabetizadas no prazo

43,6%

Percentual de alunos com proficiência em leitura ao final do 2º ano do EF (SAEB 2021). Meta era universalizar até o 3º ano.

Educação em tempo integral

20,6%

Dos alunos em jornada integral em 2023. A meta era atender pelo menos 25%. Ainda há muito espaço a percorrer.



Atenção, gestores municipais



O histórico mostra que boa parte do atraso vem da falta de planejamento local articulado. Municípios que estruturarem seus PMEs com diagnóstico robusto e metas realistas têm muito mais chances de colher resultados concretos — e de acessar recursos federais vinculados ao PNE.



O novo PNE não repete os erros do anterior. Desta vez, o monitoramento é bienal, as metas são mensuráveis e a equidade deixou de um item secundário.

Resultados das 20 metas do PNE 2014–2024

O último Plano elaborado para o decênio 2014-2024 foi composto por 20 metas, 56 indicadores e 254 estratégias com foco majoritário na expansão do acesso à educação. Na prática, os resultados ficaram aquém do esperado. De acordo com O Globo (2025), cerca de 61% das metas estabelecidas não foram atingidas até a data da sua prorrogação (dez. de 2025). O levantamento feito considerou 42 dos 56 indicadores passíveis de quantificação. Abaixo, o balanço de cada meta com base em levantamento da Consultoria Legislativa para o Seminário do PNE em Minas Gerais.

META 1

Universalizar a educação infantil (4 e 5 anos) até 2016 e cobrir pelo menos 50% das crianças até 3 anos

Taxa real de cobertura: **37,3%** para crianças até 3 anos e **93%** para 4 e 5 anos em 2022.

META 2

Universalizar o ensino fundamental (6 a 14 anos) e garantir que pelo menos 95% o concluem na idade recomendada

Taxa alcançada em 2023 para 6 a 14 anos: **95,7%**. Taxa de conclusão: **84,3%**.

META 3

Universalizar o atendimento para 15 a 17 anos e elevar a matrícula no ensino médio para 85%

Taxa da população de 15 a 17 anos: **94%** em 2023. Taxa de matrícula no ensino médio: **76,9%** nesse mesmo ano.

META 4

Universalizar acesso à educação básica para população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos e altas habilidades

Dados de 2010 demonstram que **82,5%** da população frequentava a escola, resultado ainda distante da universalização proposta para 2014. Percentual de matrículas em 2023: **95%**, sendo que **47%** possuíam atendimento educacional especializado.

META 5

Alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental

Utilizando o SAEB de 2021 como parâmetro, foi alcançado **43,6%** de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do EF em língua portuguesa.

META 6

Oferecer Educação em Tempo Integral (ETI) em no mínimo 50% das escolas públicas, atendendo pelo menos 25% dos alunos da educação pública

Percentual de alunos em jornada integral em 2023: **20,6%**. Escolas públicas com ao menos 25% dos alunos em ETI: **30,5%**.

META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas

Houve avanço positivo nos resultados do Ideb e nas taxas de aprovação. Em contrapartida, ainda há alta taxa de estudantes com desempenho insatisfatório em língua portuguesa e matemática.



META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para no mínimo 12 anos de estudo

Todos os indicadores avançaram entre 2019 e 2021, porém em ritmo mais lento que o esperado. Em 2023, cerca de **27,7%** do público ainda não possuía ensino médio completo.

META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% e reduzir em 50% o analfabetismo funcional

Em 2021, taxa de alfabetização: **95%** (87% rural; 96,3% urbana). Taxa de analfabetismo funcional: **11,4%** — ainda distante dos 8,9% projetados para 2024.

META 10

Oferecer no mínimo 25% das matrículas de EJA integrada à educação profissional

O percentual alcançado em 2023 foi de apenas **4,7%**.

META 11

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio

Avanço no número absoluto de matrículas em EPT de nível médio, apresentando uma variação de 41,7% entre 2013 e 2023. No entanto, ainda ficou abaixo do esperado.

META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33%

Aumento de **35,3%** na taxa bruta de graduação (TBM) e **32,6%** na taxa líquida (TLE) entre 2012 e 2023.

Participação do segmento público na expansão: apenas **7,5%**.

META 13

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente para 75%, com no mínimo 35% de doutores

Meta alcançada: em 2022, **84,6%** de mestres ou doutores e **52,1%** de doutores no corpo docente.

META 14

Elevar as matrículas na pós-graduação stricto sensu para 60 mil títulos/ano no mestrado e 25 mil no doutorado

Meta alcançada em 2017, mas retrocedeu em 2022: **59.374** títulos de mestrado e **22.993** de doutorado.

META 15

Garantir que professores da educação básica possuam formação específica de nível superior

Percentuais em 2023: **63,3%** na educação infantil, **74,9%** nos anos iniciais, **60,4%** nos anos finais e **68,2%** no ensino médio. Avanço em todos os níveis, mas abaixo do esperado.

META 16

Formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica e garantir formação continuada para 100%

Profissionais com pós-graduação: de 30,2% para **48,1%** em 2023. Formação continuada: de 30,6% para **41,7%**.

META 17

Valorizar profissionais das redes públicas, equiparando rendimento médio ao de outros profissionais com escolaridade equivalente até 2020

Indicador passou de 65,2% (2012) para **86,9%** em 2023. A meta estipulava o alcance até 2020, mas não aconteceu.

META 18

Assegurar, em dois anos, planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior públicas

100% das UFs apresentaram plano de carreira e remuneração para o magistério em 2021 — mas levou mais que os dois anos inicialmente previstos.

META 19

Assegurar condições para uma gestão democrática da educação nas escolas públicas

Em 2023, apenas **15,3%** dos diretores foram escolhidos por processo seletivo e **17%** somente por eleição. **10,5%** ocorreram por eleição e processo seletivo. A maioria — **46,6%** — ainda ocorreu por indicação.

META 20

Ampliar o investimento em educação pública para o mínimo de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano da lei e para 10% no final do decênio (2024)

O investimento real em torno de **5,5%** do PIB ao longo da última década (2012–2020) - distante dos **10%** projetados.

Principais objetivos do novo PNE:

- ✦ Acesso à Ed. Infantil
- ✦ Qualidade da Ed. Infantil
- ✦ Alfabetização
- ✦ Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e Médio
- ✦ Aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio
- ✦ Educação Integral
- ✦ Conectividade e TDICs
- ✦ Sustentabilidade
- ✦ Ed. Indígena, Campo e Quilombola
- ✦ Ed. Especial e Bilíngue de Surdos
- ✦ EJA
- ✦ Ed. Profissional
- ✦ Graduação
- ✦ Pós-graduação
- ✦ Formação Docente
- ✦ Gestão Democrática
- ✦ Financiamento

3 • O que muda

De plano de expansão a plano de qualidade

O PNE 2014–2024 colocou crianças na escola. O PNE 2026–2036 quer garantir que elas aprendam, permaneçam e concluam — com equidade. O novo PNE contém 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias com monitoramento bienal.

Antes: Foco em quantidade

- ✦ Expandir matrículas em todos os níveis
- ✦ Alfabetização até o 3º ano do EF
- ✦ Meta de 10% do PIB (nunca atingida)
- ✦ Tecnologia como "laboratório de informática"
- ✦ Grupos vulneráveis em estratégias secundárias



Agora: Foco em qualidade

- ✦ Aprendizagem real com indicadores mensuráveis
- ✦ Alfabetização: meta até o 2º ano do Ens. Fundamental
- ✦ Foco no fluxo escolar visando conclusão na idade certa
- ✦ Educação integral conectada à cultura e à ciência
- ✦ CAQ como parâmetro de financiamento e educação digital como infraestrutura básica
- ✦ Inclusão e equidade com objetivos próprios
- ✦ Valorização docente e gestão democrática com critérios técnicos

Tema	PNE 2014–2024	PNE 2026–2036
Alfabetização	Meta: até o 3º ano do EF	Meta: até o 2º ano do EF (antecipado)
Financiamento	% do PIB (meta de 10% não atingida)	CAQ + escalonamento: 7,5% → 10% do PIB
Monitoramento	Revisão ao final do decênio	Monitoramento bienal obrigatório
Tecnologia	Item de laboratório	Infraestrutura básica + currículo digital
Inclusão	Estratégias secundárias	Objetivos próprios e metas específicas
Ed. Tempo Integral	Ampliar jornada sem critério pedagógico	Formação integral: escola + cultura + ciência
Gestão democrática	Indicação de diretores em 46,6% dos casos	Critérios técnicos + consulta à comunidade

Os 19 objetivos do novo PNE 2026–2036

Enquanto o último PNE (2014-2024) foi um plano de universalização e expansão, o novo PNE é um plano de qualidade e equidade. A educação integral é tratada como um conceito mais amplo, e as modalidades de educação escolar indígena, do campo e quilombola, assim como da educação especial, possuem objetivos específicos.

O acompanhamento bienal também é inovador em relação ao PNE anterior, pois permite um monitoramento mais eficiente, facilitando a tomada de ações corretivas em caso de desvios de meta. Além disso o financiamento deixa de focar somente no PIB, e dá atenção mais concentrada à eficiência desses gastos, como o CAQ (Custo Aluno-Qualidade) indicador que revela o investimento mínimo necessário por estudante para que as redes tenham condições de ofertar uma educação básica de qualidade.

O texto também promove atenção maior ao tempo integral, com jornada mínima de 7 horas diárias ou 35 semanais, em turno único. Em relação ao ensino superior, o novo PNE busca um equilíbrio entre acesso, permanência, qualidade e conclusão. Outro ponto importante é o enfoque nas estruturas das instituições e escolas, com uma atenção muito grande à conectividade de alta qualidade à internet.

A equidade também é um eixo central, em que a nova proposta busca combater de forma eficaz o bullying, promovendo em paralelo uma capacitação maior de docentes, com o objetivo de reduzir a precarização do trabalho, e também na promoção de um ambiente mais adequado à aprendizagem dos estudantes. Além disso, é evidenciado um enfoque maior nas governanças e cooperações entre as esferas da União, municípios e estados.

Para cada objetivo previsto, foram determinadas estratégias e metas que serão acompanhadas bienalmente ao longo do decênio. Os objetivos se organizam em quatro grandes blocos.



Educação Básica

Objetivos 1 a 6

Como era antes: o foco era colocar a criança na escola. O que muda agora: o prazo de alfabetização é antecipado para o 2º ano do EF (Objetivo 3), o Objetivo 4 monitora a trajetória, e o Objetivo 6 conecta escola com cultura e ciência.

1 Acesso à Educação Infantil

Ampliar e garantir acesso universal à creche e pré-escola, atendendo 100% da demanda de creche e pelo menos 60% das crianças de 0 a 3 anos até o final do decênio. Reduzir desigualdades de acesso entre quintis de renda para no máximo 10 pontos percentuais. Universalizar a pré-escola para todas as crianças de 4 e 5 anos até o segundo ano do PNE.

2 Qualidade da Educação Infantil

Toda a oferta de creche e pré-escola deve atender padrões nacionais de qualidade, incluindo infraestrutura, profissionais capacitados, gestão escolar eficiente, recursos pedagógicos adequados, acessibilidade e práticas pedagógicas intencionais alinhadas à BNCC.

3 Alfabetização

Garantir alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental e assegurar nível adequado de aprendizagem em leitura, escrita e matemática. Até o quinto ano do PNE, 80% das crianças devem alcançar aprendizado adequado; ao final do decênio, todas. Reduzir desigualdades por raça, sexo, nível socioeconômico e região para razão mínima de 90%.

4 Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Universalizar o acesso à escola de 6 a 17 anos até o terceiro ano do PNE, garantir conclusão do 5º ano do fundamental na idade regular e assegurar que 95% concluam o 9º ano do fundamental e 90% o ensino médio na idade regular.

5 Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Alcançar nível básico de aprendizagem em todas as etapas, com progressão: anos iniciais (70% até quinto ano do PNE, 90% ao final), anos finais (60% até quinto ano, 85% ao final), ensino médio (50% até quinto ano, 80% ao final). Reduzir desigualdades sociais e regionais e combater violência escolar, incluindo bullying, com monitoramento contínuo.

6

Educação Integral em Tempo Integral

Ampliar oferta de jornada mínima de 7 horas diárias ou 35 horas semanais, preferencialmente em turno único, em 50% das escolas até o quinto ano (atendendo 35% dos estudantes) e em 65% das escolas até o final do decênio (atendendo 50% dos estudantes).

BLOCO 2

Equidade e Inclusão

Objetivos 8 a 11

Como era antes: grupos como quilombolas, indígenas e populações do campo eram citados em estratégias secundárias de metas gerais. O que muda agora: cada grupo recebe objetivos próprios, com autonomia, metas específicas e respeito a saberes ancestrais e territórios.

8

Sustentabilidade Socioambiental na Educação

Desenvolver planos de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas em 60% das redes até o quinto ano e em todas ao final do decênio. Garantir infraestrutura escolar com conforto térmico e promover educação ambiental baseada na Política Nacional de Educação Ambiental e diretrizes do CNE.

9 Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola

Ampliar vagas em creches para atender 100% da demanda e atingir 50% das crianças de 0 a 3 anos até o final do decênio. Universalizar pré-escola, ensino fundamental e médio conforme diretrizes nacionais de cada modalidade, garantindo padrões de qualidade: infraestrutura, profissionais, recursos pedagógicos e acessibilidade.

10 Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

Universalizar acesso e permanência na educação básica para estudantes da educação especial (4–17 anos) e da educação bilíngue de surdos, preferencialmente na rede regular. Expandir AEE para 80% até o quinto ano e universalizar até o final do decênio. Alfabetizar em Libras até o 1º ano do fundamental e em português até o 2º ano.

11 Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Elevar a taxa de alfabetização da população ≥ 15 anos para 97% até o quinto ano; superar analfabetismo ao final do decênio. Elevar conclusão do ensino fundamental para 85% (população 15–29 anos) e do ensino médio para 75% (população 18–29 anos). Expandir matrículas na EJA para atender 10% da população ≥ 18 anos até o quinto ano e 20% ao final.

Ensino Superior e Técnico

Objetivos 12 a 16

Como era antes: o objetivo era puramente quantitativo — triplicar matrículas no técnico e elevar a taxa bruta no superior. O que muda agora: a Educação Profissional é avaliada pela capacidade de inserir o jovem no mercado de trabalho; o foco muda de "entrar na faculdade" para "concluir a faculdade".

12 Acesso, Permanência e Conclusão na Educação Profissional e Tecnológica

Expandir matrículas em educação técnica de nível médio para 50% dos estudantes, metade na rede pública. Alcançar 3 milhões de matrículas anuais em cursos de qualificação profissional ($\geq 160h$) e garantir 90% de conclusão na idade regular. Elevar para 10% a população de 18–24 anos com formação técnica.

13 Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica

Toda a oferta deve atender referenciais nacionais de qualidade e avaliação pelo sistema nacional. Garantir que 60% dos concluintes alcancem padrões adequados até o quinto ano de vigência do PNE e progressivamente 100% ao final. Ampliar inserção dos egressos no mundo do trabalho (empregabilidade, empreendedorismo, renda).

14**Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação**

Elevar acesso à graduação para 40% da população de 18–24 anos e educação superior completa para 40% da população de 25–34 anos. Gradualmente atingir 2 milhões de titulações anuais, com 400 mil no segmento público. Elevar taxa bruta de escolarização na educação superior para 60%.

15**Qualidade da Graduação**

Garantir que toda a oferta de graduação atenda padrões nacionais de qualidade. Ampliar docentes em tempo integral para 70% e mestres/doutores para 95% (70% doutores no conjunto). Ampliar inserção dos egressos no mundo do trabalho.

16**Pós-graduação stricto sensu**

Alcançar titulação anual de 60 mestres e 20 doutores por 100 mil habitantes até o final do decênio, considerando necessidades sociais e desigualdades regionais, raciais, socioeconômicas, de sexo, pessoas com deficiência e interseccionalidades.

BLOCO 4

Meios e Condições

Objetivos 7, 17, 18 e 19

Como era antes: financiamento baseado numa meta de 10% do PIB nunca atingida; tecnologia vista como laboratório de informática; formação docente centrada na titulação. O que muda agora: o CAQ substitui a porcentagem abstrata do PIB, a tecnologia se torna infraestrutura curricular obrigatória, e a valorização docente vai além do diploma — abrange saúde mental, piso salarial e carreira.

7

Conectividade, Educação Digital e Integração das TDICs

Garantir internet de alta velocidade e wi-fi em 50% das escolas até o segundo ano, 75% até o quinto ano e 100% ao final do decênio. Promover aprendizado em pensamento computacional, mundo digital e cultura digital, com progressão de 50%, 45% e 40% no nível adequado até o quinto ano, alcançando 80% ao final do decênio.

17

Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Todos os docentes com formação superior específica até o quinto ano do PNE. Equiparar rendimento médio ao de outras ocupações com escolaridade equivalente. Garantir planos de carreira legais, limitar carga de magistério a 2/3 para atividades com educandos. Reduzir profissionais sem cargo efetivo a $\leq 30\%$ em cada rede pública. Alcançar desempenho adequado no Enade (50% até quinto ano, 70% ao final do decênio). Garantir 70% dos docentes com pós-graduação relacionada à área.

18 **Participação e Controle Social e Gestão Democrática na educação pública**

Seleção de diretores baseada em critérios técnicos e consulta à comunidade. Todas as escolas com conselhos escolares funcionando. Todos os entes federativos com fóruns de educação permanentes.

19 **Financiamento e Infraestrutura da Educação** **Investimento público: 7,5% do PIB até o sétimo ano do PNE, 10% ao final do decênio.**

Investimento por aluno equivalente à média OCDE e ao padrão CAQ. Garantir condições mínimas de infraestrutura em todas as escolas até o terceiro ano do PNE. Ampliar recursos para instituições de ensino superior e profissional.





4 • Impacto nos municípios

O que muda para você, gestor municipal

Com a sanção do PNE, o relógio começa a contar. Os municípios têm 15 meses para formular seus Planos Municipais de Educação (PMEs) alinhados ao novo plano nacional.



Prazo legal:
15 meses a partir de abril de 2026

Municípios devem elaborar, aprovar e publicar seus PMEs com metas e estratégias compatíveis com o PNE 2026–2036. Estados têm 12 meses.

Para a elaboração do Plano Municipal, o primeiro passo é elaborar um diagnóstico local, com o levantamento dos indicadores educacionais do município: taxa de matrícula, alfabetização, fluxo escolar, perfil docente, infraestrutura e conectividade das unidades escolares. Em seguida, é preciso construir o PME com participação social, garantindo o envolvimento de professores, gestores, famílias e representantes da sociedade civil — exigência do próprio PNE, que reforça a gestão democrática como princípio. O terceiro passo é definir metas e estratégias municipais, traduzindo os objetivos nacionais em indicadores locais concretos, com responsáveis e prazos claros para cada etapa. Depois, o plano precisa ser aprovado como Lei Municipal pela Câmara - sem isso, o município corre o risco de perder acesso a recursos e transferências federais vinculados ao PNE. Por fim, é fundamental implementar e monitorar bienalmente, estruturando instâncias de acompanhamento e fóruns permanentes de educação, seguindo a inovação central do novo PNE.





5 • Como implementar

Da lei à prática: fases de implementação

Transformar um plano decenal em resultados reais exige metodologia, dados e capacidade técnica. Veja as três fases críticas de qualquer implementação bem-sucedida.

Fase 1 • Anos 1–2

Estruturação e Diagnóstico

- ✦ Formação do grupo de trabalho local
- ✦ Mapeamento de indicadores municipais
- ✦ Audiências públicas e consultas à comunidade
- ✦ Elaboração e aprovação do PME
- ✦ Definição de marcos e responsáveis



Fase 2 • Anos 2–5

Execução e Monitoramento

- ✦ Lançamento de programas e ações prioritárias
- ✦ Execução e monitoramento das ações
- ✦ 1ª avaliação bienal de metas
- ✦ Ajustes de rota com base em dados





Consolidação e Sustentabilidade

- ✦ Ampliação do acesso e qualidade da Educação Infantil
- ✦ Universalização da alfabetização até o 2º ano
- ✦ Ampliação da aprendizagem em todas as etapas com inclusão e redução das desigualdades
- ✦ Expansão e qualificação da educação em tempo integral
- ✦ Conectividade plena e integração das tecnologias digitais nas escolas
- ✦ Expansão dos meios e condições: Professores, tecnologia, investimento por aluno e democracia escolar.
- ✦ Monitoramento bienal com ajustes de rota documentados
- ✦ PME avaliado e atualizado como legado para o próximo PNE

Fator crítico de sucesso



Municípios que partem de dados educacionais atualizados e contam com apoio técnico avançam de forma significativamente mais rápida na elaboração e aprovação de seus planos decenais, segundo levantamentos da UNDIME.



6 • Como a Gide pode ajudar

A Fundação da Gide ao lado do seu município

Com 25 anos de atuação e mais de 1 milhão de educadores formados, a FdG é a instituição pioneira em gestão educacional no Brasil — e pode colocar toda essa experiência a serviço do seu município para implementar o PNE 2026–2036.

10M+

alunos beneficiados em 12 estados das 5 regiões brasileiras

1M+

educadores formados pela Fundação da Gide

25

anos de trajetória em gestão e inovação para a educação

O que é a Gide



Metodologia

Uma **metodologia integradora** que conecta toda a comunidade escolar — da secretaria à sala de aula.



Plataforma

Gide App para tomada de decisão em tempo real pelos gestores da rede.



Parceiro

Um **parceiro estratégico** que caminha lado a lado com a escola, focado sempre na aprendizagem dos alunos.

O PNE define o destino. O Plano Municipal de Educação define o caminho. E o caminho se constrói em etapas bem definidas.

1 Liderança

Formação e desenvolvimento da liderança das equipes técnicas da secretaria e dos diretores escolares em torno de um propósito comum: resultados de aprendizagem.

2 Diagnóstico

Mapeamento rigoroso dos indicadores educacionais do município: Alfabetização, aprendizagem, equidade, fluxo escolar, tempo integral, conectividade e valorização docente - os principais eixos do PNE.

3**Metas**

Definição de metas quantificáveis e alcançáveis, alinhadas ao PNE e ao Plano Municipal de Educação, com prazos claros.

4**Plano de Ação**

Construção colaborativa do plano de ação, com responsáveis definidos, recursos alocados e estratégias priorizadas.

5**Execução**

Implementação das ações com suporte técnico contínuo da FdG, formação de equipes e acompanhamento nas escolas.

6**Verificação**

Implementação de rotinas de acompanhamento sistemático dos resultados e dos planos de ação estratégicos.

7**Ação Corretiva**

Análise dos desvios e tomada de decisão ágil para corrigir rotas — com apoio do Gide App e consultores experientes.

8**Prática de Sucesso**

Identificação, documentação e disseminação das práticas que geraram resultados, criando legado e cultura de melhoria contínua.

Os 3 pilares de suporte à gestão da rede



Aporte de Inteligência

Gestão educacional estratégica com avaliações periódicas, análise de dados e consultoria especializada para apoiar as decisões da secretaria.



Capacitação em Massa

Academia Gide com mais de 120 temáticas: gestão para resultados pedagógicos, financeira, por competências, de projetos e estratégica. Formação para toda a rede.



Plataforma Tecnológica

Gide App para monitoramento em tempo real, gestão de metas e tomada de decisão baseada em dados para toda a rede municipal.



Diferenciais do nosso trabalho

- 1 Foco nos fins:** resultados do processo ensino e aprendizagem como norte de todas as ações, sem desviar o olhar do que realmente importa.
- 2 Simplicidade na linguagem,** a quatro mãos — metodologia adaptada à língua da escola, construída junto com os profissionais da rede.
- 3 Respeito à cultura,** tradição e valores da escola — a transformação acontece de dentro para fora com a gestão como alavanca para potencializar o que a rede já construiu.

Pronto para transformar a educação do seu município?

Fale com nossa equipe e descubra como a Trilha Gerencial Gide pode acelerar a implementação do PNE 2026–2036 na sua rede. Fale com a Gide:

institucional@fdg.org.br

